

## ATA NÚMERO 32/XIII/1.ª SL

Aos 14 dias do mês de junho de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência da Confederação Portuguesa de Meios de Comunicação Social para apresentação das preocupações relativa ao sector da comunicação social no nosso país;
2. Informações;
3. Apreciação e votação da ata da última reunião da Comissão;
4. Debate sobre as iniciativas legislativas que se encontram em apreciação na Comissão relativas à Televisão Digital Terrestre;
  - Projeto de Lei n.º 98/XIII (BE) - Alarga a oferta de serviços de programas na TDT, garantindo condições técnicas adequadas e o controlo do preço
  - Projeto de Lei n.º 185/XIII/1.ª (PCP) - Garante o acesso universal e a emissão de todos os canais de serviço público de televisão através da Televisão Digital Terrestre (TDT)
  - Projeto de Resolução n.º 282/XIII/1.ª (PEV) - Pela melhoria da cobertura e alargamento da oferta de serviços de programas na Televisão Digital Terrestre (TDT)
  - Projeto de Resolução n.º 298/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a preparação do alargamento de oferta de serviços de programas na Televisão Digital Terrestre
5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 335/XIII (BE) - *Recomenda ao Governo a inventariação e classificação dos bens culturais que ficaram sob tutela do Estado no decurso dos processos de nacionalização do Banco Português de Negócios e de resgate do Banco Privado Português;*
6. Fixação da metodologia e do calendário de apreciação, na especialidade, da proposta de lei n.º 10/XIII - *Restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro da União Europeia, que transpõe a Diretiva n.º 2014/60/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014.*
7. Outros assuntos.

---

**1. Audiência da Confederação Portuguesa de Meios de Comunicação Social para apresentação das preocupações relativa ao sector da comunicação social no nosso país;**

Os representantes da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social começaram por agradecer a concessão da audiência e felicitar a Comissão pela organização da audição parlamentar sobre “Os Novos Desafios da Comunicação Social”, realizada no passado dia 1 de junho, sublinhando a convergência de posições de entidades patronais, trabalhadores e sindicatos.

Apresentaram, de seguida, as suas preocupações em relação ao setor e que, em síntese, se apresentam:

- Carga burocrática e legislativa: a Lei n.º 78/2015 prevê exigências burocráticas aos órgãos de comunicação social, muitos dos quais microempresas, que vêm sobrecarregar ainda mais as exigências legais, com um acréscimo de custos e de dispêndio de tempo. Assim, reivindicam a revisão da Lei, no sentido da simplificação administrativa,
- Viabilidade económica: os órgãos de comunicação social nacionais e regionais passam atualmente dificuldades decorrentes do forte movimento de internacionalização e sua desregulamentação. Assim, defendem uma discriminação positiva em relação àqueles órgãos.
- Liberdade de associação e igualdade de tratamento: importa distinguir os órgãos de comunicação social dos meios de distribuição, por exemplo, os blogues.
- Esclarecimento cívico e direito de antena nos atos eleitorais: reivindicam a uniformização dos procedimentos referentes aos tempos de antena, para todos os atos eleitorais, através da criação de um diploma específico para esta matéria. Sugerem ainda que seja extinto o sistema das Comissões Arbitrais.
- Campanhas de publicidade institucional do Estado: a Lei n.º 95/2015 estabelece as regras de realização e distribuição da publicidade institucional do Estado, prevendo que as campanhas sejam distribuídas obrigatoriamente por agências de publicidade, o que impede o acesso direto aos meios. Assim, reivindicam que a distribuição da publicidade do Estado seja sempre efetuada pelos órgãos de comunicação social regionais e locais, independentemente do valor da campanha a promover.
- Regulação do setor: não existe colaboração entre a ERC e a ANACOM, o que torna difícil a regulação. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social deveria preocupar-se com a comunicação social no seu todo e não apenas com a imprensa.

Intervieram, de seguida, para além da Senhora Presidente da Comissão, os Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram algumas questões.

Em resposta, os representantes da Confederação lamentaram o facto de o Estado não poder efetuar publicidade sem recorrer a uma agência de publicidade, propondo a criação de um portal que pudesse canalizar toda a publicidade.

Referiram-se ainda à concorrência dos novos meios e suportes tecnológicos e aos custos inerentes à adaptação ao digital, defendendo o reforço de apoios à agência Lusa, o que permitiria o acesso de todos os órgãos de comunicação social a esta agência. Consideraram ainda que o problema da comunicação social é um problema internacional e que a passagem para o digital constitui um enorme desafio em relação ao qual não se verifica, lamentavelmente, muita cooperação.

Sobre o Conselho Geral Independente da RTP, afirmaram que constituiu uma mudança significativa e que veio a revelar-se uma mais-valia.

Terminaram, referindo-se à Televisão Digital Terrestre (TDT), para se congratularem com a iniciativa levada a cabo pela Comissão e para defenderem a necessidade de regulação conjunta entre a ERC e a ANACM. Sublinharam a necessidade de se perceber qual o modelo de desenvolvimento que está previsto e chamaram a atenção para a necessidade de ter em conta o desenvolvimento tecnológico.

A documentação da audiência, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

## **2. Informações;**

- 2.1. A Senhora Presidente informou que foi remetido à Comissão, por despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, um apelo de António Pinto Pires, doutorando em museologia e primeiro presidente da comissão executiva instaladora do Museu Nacional Ferroviário, sobre a preservação do material circulante indiciado para espólio e as precárias condições de conservação em que se encontra.

Nessa sequência, interveio a Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) disponibilizando-se para receber o Dr. António Pinto Pires em audiência, numa reunião aberta a todos os Deputados, o que foi aceite por todos.

- 2.2. Foi ainda apreciado o pedido de audiência da Plataforma de Media Privados (PMP), para apresentação dos temas de maior relevância para o setor da comunicação social.

Após as intervenções dos Senhores Deputados Gabriela Canavilhas (PS), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Pedro Pimpão (PSD), Diana Ferreira (PCP) e Carla Sousa (PS), foi deliberado agendar a audiência em Comissão, assim que possível.

- 2.3. A Senhora Presidente informou que o Grupo de Trabalho do Desporto está a preparar uma visita ao Complexo Desportivo do Jamor, no dia 22 de junho, às 11h00, que inclui um almoço no Centro de Estágios.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) deu conta da dificuldade de confirmar para já a sua presença, tendo em conta os trabalhos da próxima semana, pelo que o fará posteriormente.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) lembrou que o Grupo de Trabalho tem agendada uma reunião para o dia seguinte, pelo que os pormenores da visita serão discutidos então.

## **3. Apreciação e votação da ata da última reunião da Comissão;**

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade.

## **4. Debate sobre as iniciativas legislativas que se encontram em apreciação na Comissão relativas à Televisão Digital Terrestre;**

- Projeto de Lei n.º 98/XIII (BE) - Alarga a oferta de serviços de programas na TDT, garantindo condições técnicas adequadas e o controlo do preço
- Projeto de Lei n.º 185/XIII/1.ª (PCP) - Garante o acesso universal e a emissão de todos os canais de serviço público de televisão através da Televisão Digital Terrestre (TDT)
- Projeto de Resolução n.º 282/XIII/1.ª (PEV) - Pela melhoria da cobertura e alargamento da oferta de serviços de programas na Televisão Digital Terrestre (TDT)
- Projeto de Resolução n.º 298/XIII/1.ª (PS) - Recomenda ao Governo a preparação do alargamento de oferta de serviços de programas na Televisão Digital Terrestre

A Senhora Presidente recordou que terminou o prazo de apreciação das iniciativas na Comissão, pelo que há necessidade de decidir se as mesmas devem ser remetidas ao Senhor Presidente da Assembleia da República, para agendamento da sua votação no Plenário, ou se se solicita a prorrogação do prazo de apreciação.

Chamou ainda a atenção para a importância de a Comissão tomar uma posição comum em relação às iniciativas. A este respeito, lembrou que são aprovadas iniciativas legislativas e votos sobre a mesma matéria, defendendo que a Assembleia da República deverá tomar uma posição única sobre uma determinada temática.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) recordou que existem dois projetos de lei e dois projetos de resolução, pelo que, em última análise e no caso de se encontrarem textos comuns, deverão resultar sempre duas iniciativas. Considerou ainda que deve existir espaço para discutir as iniciativas e que deve ser solicitada a prorrogação do prazo de apreciação das mesmas.

Na sequência da proposta da Senhora Presidente, no sentido da criação de um grupo de trabalho coordenado pelo BE, por ter sido pioneiro na apresentação de uma iniciativa, interveio a Senhora Deputada Helga Correia (PSD), para salientar que o PSD não se opõe à criação de um grupo de trabalho, devendo o mesmo, no entanto, seguir a grelha utilizada na Comissão para atribuição das coordenações.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) referiu-se à importância de a Comissão conseguir consensualizar um projeto de lei, entendendo que o seu caráter vinculativo confere mais garantias do que um projeto de resolução, em termos de solução para um problema que se arrasta há anos. Manifestou ainda a disponibilidade e abertura do BE para discutir as várias propostas que forem apresentadas, tendo em vista uma solução equilibrada e sensata e que tenha em conta os diferentes interesses.

A Senhora Presidente reafirmou a importância de, do debate, resultar um texto comum e lembrou que, a seguir-se a grelha, caberá ao PSD a indicação do Coordenador.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) manifestou a sua discordância em relação à atribuição da coordenação ao PSD, que não tem qualquer iniciativa sobre esta matéria, e propôs que os proponentes reúnam e apresentem uma proposta à Comissão.

A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) disse nada ter a opor em relação a esta proposta, recordando que o que estava em cima da mesa era a constituição de um grupo de trabalho e que, nesse caso, se deveria seguir a metodologia habitual na Comissão.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) disse concordar com a proposta da Senhora Deputada Gabriela Canavilhas.

Assim, foi deliberado solicitar a prorrogação do prazo, por mais três semanas, devendo os proponentes das iniciativas apresentar uma proposta à Comissão, a tempo de ser apreciada na reunião de 29 de junho.

**5. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 335/XIII (BE) - *Recomenda ao Governo a inventariação e classificação dos bens culturais que ficaram sob tutela do Estado no decurso dos processos de nacionalização do Banco Português de Negócios e de resgate do Banco Privado Português;***

A proposta de redação final do Projeto de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**6. Fixação da metodologia e do calendário de apreciação, na especialidade, da proposta de lei n.º 10/XIII - *Restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro da União Europeia, que transpõe a Diretiva n.º 2014/60/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014.***

Entendendo não haver necessidade de proceder à recolha de contributos, a Comissão aprovou a seguinte calendarização dos trabalhos, sem prejuízo de a mesma poder vir a sofrer alterações, em caso de necessidade:

- ✓ Até 24 de junho - Apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares;
- ✓ 27 de junho - Envio de mapa comparativo aos Deputados;
- ✓ 29 de junho - Discussão e votação na especialidade.

#### **7. Outros assuntos.**

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi gravada em suporte áudio e o respetivo registo, parte integrante da presente ata, está disponível para consulta na [página Internet](#).

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de junho 2016

**A PRESIDENTE**

**(EDITE ESTRELA)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso  
Carla Sousa  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Diana Ferreira  
Diogo Leão  
Edite Estrela  
Firmino Pereira  
Gabriela Canavilhas  
Helga Correia  
João Pinho de Almeida  
João Torres  
Jorge Campos  
Luís Monteiro  
Norberto Patinho  
Pedro do Ó Ramos  
Pedro Pimpão  
Sara Madruga da Costa  
Ivan Gonçalves  
Joel Sá  
Maria Augusta Santos  
Ricardo Leão  
Vânia Dias da Silva

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo Castro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Joana Barata Lopes  
João Azevedo Castro  
Susana Lamas  
Teresa Caeiro